

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO

Maria Lindaci Gomes de SOUZA*

Aluska Karla Alves BEZERRA**

Resumo

Considerando a escola como locus privilegiado para exercício e formação da cidadania, optamos por discutir a questão da preservação do patrimônio material e cultural. O objetivo principal do projeto é o desenvolvimento dos jovens da escola pública através de oficinas e discussões sobre o que se caracteriza como patrimônio cultural. A proposta básica é estabelecer um processo de interação entre a comunidade acadêmica e o aluno da escola pública, conscientizando-os quanto à preservação do patrimônio cultural de sua escola, comunidade e cidade. Constatamos que há um profundo hiato entre o cotidiano social e o que se discute na academia, principalmente o entendimento do que representa o patrimônio cultural por parte daqueles que seriam os atores sociais de sua comunidade, o que reafirma a relevância de nossa iniciativa quanto a reverter essa máxima.

No processo de construção de uma nova identidade cultural, que diferencia um país de outro, é que a questão da preservação do patrimônio histórico, ganha força e nitidez. Mais um motivo, portanto para a escola, mais especificamente o ensino de História assumam o compromisso de serem instâncias de afirmação de uma identidade nacional plural, assentada no reconhecimento da memória como princípio fundante para a construção de uma sociedade mais democrática que todos almejamos.

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o

* Dra. Em Educação pela UFRN, professora titular do Curso de História da UEPB.

** Graduando o curso de História pela UEPB, aluna bolsista pela PROBEX.

que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995).

A discussão sobre o que se pode caracterizar como patrimônio histórico e cultural, na comunidade acadêmica, passa por um processo de ressignificação que exige dos educadores uma nova postura frente a essa questão. Trata-se especificamente da ampliação conceitual do que hoje se entende por patrimônio histórico e cultural.

De acordo com CHOAY (2001) em seus escritos sobre patrimônio como monumentalização, é entendido como tudo aquilo que denota ou pode identificar o monumento de rememoração e de lembrança. Com esse entendimento estamos nos guiando pelo conceito de patrimônio conforme destaca Françoise Choay, a noção de patrimônio como a de monumento veio se modificando ao longo dos séculos e passou do status de antiguidade, no século XV, para sofrer “o complexo de Noé” nos dias atuais (CHOAY, 2001: 11-23). Afinal, tudo tem ou obtém algum motivo para ser preservado para as populações vindouras.

Os órgãos responsáveis pelo tombamento, um dos principais meios de preservação da atualidade relacionam vários tópicos com a memória local. Por isso mesmo não se tornam exigentes o suficiente na catalogação de seu patrimônio tombado, tornando-se tudo precioso para a história local, correndo-se o grave risco de como atestado por vários autores, tornarem-se as cidades grandes museus inertes e sem vida. Contudo, indagaríamos qual seria a relação dos agentes sociais, ou seja, dos moradores da população local com os monumentos de seu bairro e de sua cidade? Com essa compreensão destacamos a necessidade da educação patrimonial, como estratégia para que as atuais gerações possam concretizar essa nova visão e, por conseguinte, materializar os novos conceitos de patrimônio.

Essa discussão perpassa apenas o nível teórico pelo debate entre arquitetos e historiadores, sem que haja uma preocupação básica com a participação daqueles que se caracterizam como verdadeiros atores sociais (moradores) que deveriam ser os guardiões sociais da memória histórica. Objetivando discutir e avaliar as práticas educativas desenvolvidas na escola pública da cidade de Campina Grande. A escolha da escola como locus para a concretização do projeto é decorrente do fato de que a mesma é concebida como espaço de construção e consolidação da memória social e patrimonial. Pretendemos também incluir a temática da educação patrimonial através de palestras, oficinas com a participação da terceira idade, não só para estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a produção de conhecimentos no que diz respeito à educação patrimonial, mas principalmente

para desenvolver uma pedagogia inter-geracional e participativa que inclua entre os conhecimentos a memória dos idosos, através de um processo de rememoração.

Toda cidade tem na sua estrutura uma parte que se mostra principalmente através do patrimônio edificado e uma parte que se esconde como destaca Dias (2005), do ponto de vista do patrimônio, a cidade visível é aquela que se mostra tanto ao habitante local, quanto ao viajante que se descobre e por ela se sente atraído por algumas particularidades que a faz única e atraente. É aquela que se define com ícones perfeitamente identificáveis.

Desse modo, pensando a cidade como registro da vida social, cultural e material, que se define por ícones que constituíram em referências para o reconhecimento, valorização e investigação sobre o patrimônio histórico e cultural.

Parafraseando Maria Luiza Dias (2005), a cidade guarda também, fragmentos de algo que não lhe pertence, mas que em algum momento fez parte de seu tecido e que permanece latente, visam na memória de dos seus habitantes, na memória de suas esquinas, de suas pedras e das suas casas. Essa se constitui uma de nossas preocupações, investigar os espaços de apropriação e as relações que seus habitantes estabelecem com o patrimônio histórico e cultural da cidade.

Raquel Rolnik, em seu livro *O que é cidade*, assim se pronuncia

a arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território, estão escrevendo um novo texto (...). É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história. (ROLNIK, 1994: 12-13)

Neste sentido, identificaremos os lugares que se constitui em patrimônio edificado, que desapareceram ou modificaram-se, mas que fazem parte da memória da cidade, uma vez que, com o crescimento da cidade no sentido vertical, o panorama urbano da cidade de Campina Grande transformou-se.

Uma de nossas inquietações é saber se as pessoas da comunidade percebem essas transformações e quais são as suas opiniões em relação às antigas construções que foram demolidas. Indagaremos como esse sentimento de perda da “essência” histórica de um lugar é percebido através das modificações das construções antigas, pelos antigos habitantes e novos habitantes.

Atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Ele é reservado se tem significado para a comunidade em que está inserido, contribuindo assim para a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania. A preservação do patrimônio histórico deve pautar-se no binômio indissociável identidade cultural e qualidade de vida. Assim sendo, a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva. Outra inquietação que justifica este projeto, diz respeito à questão da degradação do patrimônio, ou seja, os efeitos do descaso não só pode ser instituído, mas principalmente daqueles que por excelência dão sentido à cidade, os seus habitantes.

Dessa maneira, o patrimônio de uma cidade, visto sobre esta ótica, constitui-se naquilo que seus habitantes puderam ou quiseram construir para valorizar seus sonhos, deixando suas marcas forjadas no território, configurando características únicas e particulares que os identificam, quer seja através da tradição familiar, social ou cultural.

Resultados

O projeto em voga já apresentou resultados positivos principalmente no que diz respeito à participação dos alunos nas oficinas elaboradas com os alunos do 2º ano do ensino fundamental II. Desenvolvemos uma pedagogia participativa que incluía o conhecimento e a descoberta dos jovens com relação a sua cidade, assim como desenvolvemos estratégias no sentido de criar um processo de conscientização quanto ao patrimônio cultural, local e regional. Os recursos teóricos metodológicos utilizados nas oficinas foram construídos também pelos alunos a partir de suas percepções acerca do patrimônio e seus conceitos através de uma exposição fotográfica dos patrimônios históricos da cidade, sendo levada ao público docente da escola em geral por meio de uma amostra pedagógica promovida pela mesma. No que concernem às atividades em sala de aula a avaliação foi positiva, no sentido de que um novo olhar em relação ao patrimônio de sua escola, sendo apontado como bem a ser preservado tendo em vista a importância a ele referenciada.

Quanto à proposta inter-geracional (participação de jovens e familiares da terceira idade) a mesma não surtiu efeito desejado. Nesse sentido atribuímos alguns fatores responsáveis por este resultado: a falta de interesse do aluno em relação às questões específicas da terceira idade, a ausência de iniciativas de outros professores do uso de propostas desta ordem.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1990: 476)

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe (org). **O Saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004 - (Repensando o ensino)

BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. São Paulo, 1983.

BURITY, Joanildo A. (org) **Cultura e Identidade: Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro, DP& A Editora, 2002.

CARDOSO, Ruth. (org.) **Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

CERTEAU, Michel de A. **A Cultura no Plural**. Campina Papyrus, 1995.

_____. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 8ª. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo, Unesp, 2001.

DECCA, Edgar de. **O Silêncio dos Vencidos: Memória, história e revolução**. 6ª Ed. São Paulo, brasiliense, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios** Rio, Fundação Getúlio Vargas, 2002, pp.108-123.

HALL, Lynn. **A Nova História Cultural**. Rio, DP& A, 2000.

LEMOS, Carlos. **O que é Arquitetura**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MONTENEGRO, Antônio. **História Oral e Memória**. São Paulo, Contexto, 1992.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História A Problemática dos Lugares.** In: Projeto Histórico, Nº 10, São Paulo, PUC, 1993.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de História.** In BITTENCOURT, Circe (org) **O Saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004 - (Repensando o ensino)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e Turismo Cultural.** São Paulo, Editora Manole, 2001.